

1
2
3
4
5
6
7
8

ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

671ª Reunião Ordinária

9Ao quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na sala de
10Treinamento desta CET-Santos, situada na Av. Rangel Pestana, nº 100 – Vila
11Mathias, Santos/SP, teve início a Septuagésima Primeira Reunião Ordinária da
12Comissão Municipal de Transportes, às 17h20, com a presença dos conselheiros e
13colaboradores, cuja assinatura consta na lista de presença anexada a esta ata.
14Compareceram na reunião os seguintes conselheiros: Murilo Amado Barletta (CET)
15– Vice-Presidente da Comissão e os seguintes membros: Patrícia Azevedo Santos
16Nascimento (CET), Alcione de Araújo Simões (CONDEFI) e Roberto de Faria
17(OAB). Presentes também na reunião, como convidados, o senhor Rafael Santos
18de Paula (CMJ), Maria Eduarda Mendes Barbour e Uriel Villas Boas. Após aguardar
19o tempo regular, o Sr. Murilo iniciou a septuagésima primeira reunião ordinária,
20pelo item 1 – Leitura e aprovação da ata da última reunião. O senhor Murilo
21questionou se todos haviam lido a ata encaminhada anteriormente e se os
22presentes gostariam que se fizesse a leitura. Os presentes pediram a dispensa da
23leitura e com a anuência do Plenário, o Sr. Murilo deu a ata por aprovada. O Sr.
24Murilo seguiu para o item 2 - Informes, moções e assuntos gerais e concedeu a
25palavra aos presentes que tivessem algum assunto para apresentar. O Sr. Rafael
26comentou sobre o assunto da última reunião, acerca do uso da sigla CMT usada
27desde o ano de dois mil e treze e com a criação de nova lei municipal criando o
28Conselho Municipal de Transparência Institucional, Fiscalização Administrativa e
29Controle Social de Santos, trazendo a necessidade de alteração da sigla da
30Comissão Municipal de Transportes para CMTS, com isso trouxe uma proposta de
31ofício a ser encaminhada ao Gabinete do Prefeito Municipal, pois com a criação da

32lei para aquele conselho, tem a sigla expressamente registrada na Lei Municipal, e
33como a Comissão de Transportes não poderia se vangloriar da mesma sigla, foi
34obrigada a criar outra, trazendo prejuízos quanto a mudança. Com este ofício a
35intenção é resguardar a Comissão Municipal de Transportes, para que não ocorra
36situação análoga e para oficializar a nova sigla CMTS que foi adotada pelo
37Plenário. O Sr. Rafael leu a minuta e após discussão, alguns itens seriam
38incorporados ao novo texto, com o encaminhamento posterior desta minuta para
39elaboração de ofício, neste mês de julho. O Sr. Murilo questionou os advogados
40presentes na reunião, se haveria possibilidade de fazer, em termos jurídicos, um
41texto que criasse apenas a sigla CMTS, sugerindo que o e-mail também passasse
42a ser cmts@santos.sp.gov.br . O Sr. Rafael esclareceu que o novo decreto não cria
43a Comissão, apenas altera o texto da criação, no decreto anterior. E
44complementou que o novo decreto estará incorporando o de número seis mil,
45quatrocentos e quarenta e cinco feito no dia vinte e oito de junho do ano de dois
46mil e treze. O Sr. Rafael lembrou que na próxima reunião haverá eleição de
47presidente e vice-presidente. O Sr. Murilo esclareceu que a próxima reunião será
48no dia oito de agosto, na segunda quinta-feira do mês. O Sr. Rafael disse que
49seria muito importante ligar para todos os conselheiros e demonstrar a
50importância da Comissão, para que todos comparecessem. E solicitou que,
51independente de quem seja o novo presidente, seria importante fazer uma
52cerimônia de posse no Paço Municipal, como todos os Conselhos e Comissões
53fazem. E a Comissão Municipal de Transportes só teve uma cerimônia na sua
54criação, em 2013 e achou que a Comissão teria que ter a mesma linha das
55demais, até mesmo para ter a mesma exposição institucional que todos os
56conselhos e não ser diminuída a imagem da CMTS. O Sr. Murilo respondeu não
57haver óbice quanto ao solicitado. A Sra. Alcione questionou quem regula o valor
58da tarifa dos táxis especiais.

59O Sr. Murilo esclareceu que este assunto já foi abordado anteriormente. Que
60atualmente existem dois táxis especiais e que estes táxis têm a recomendação que
61em viagens no ponto, precisam obedecer ao taxímetro, porém quando há um
62acordo, ou uma conversa entre motorista e passageiro, quando a corrida engloba
63mais lugares, ou a necessidade de espera num local, os valores são combinados

64entre ambos. A Sra. Alcione comentou que passou por uma situação onde o
65motorista estava no ponto e ofereceu a corrida. A Sra Alcione questionou o valor
66até o Bairro da Areia Branca, onde mora e o motorista respondeu que custaria
67sessenta reais. A Sra. Alcione comentou com este motorista que o valor estava
68alto e o motorista respondeu que era tarifa especial. O Sr. Roberto de Faria
69explicou que se a situação ocorreu assim, precisa ser denunciada. A Sra. Patrícia
70explicou que nestas situações, o passageiro precisa anotar a placa do veículo, dia
71e horário da corrida para efetuar a denúncia e o motorista será chamado para
72prestar esclarecimentos e a CET vai apurar o ocorrido. O Sr. Daniel comentou que
73estes motoristas são da mesma empresa. O Sr. Roberto de Faria esclareceu que
74estes motoristas fazem parte de uma associação. A Sra. Patrícia explicou que táxi
75nenhum pertence a uma empresa, pois cada táxi é propriedade de uma pessoa
76física e esta assume a responsabilidade. E são as cooperativas e associações que
77possuem estes serviços de agendamento de viagens. Então, na situação de
78permissão de táxi, é chamado o permissionário. E este vai verificar quem era o
79motorista auxiliar envolvido. A CET aplicará a sanção prevista e vai avaliar o
80prontuário do motorista, para ver se existe alguma reclamação. A Sra. Patrícia
81comentou sobre uma situação ocorrida no passado, onde o motorista, ao efetuar
82pagamento em cartão, acabou colocando um zero a mais. Então a CET chamou o
83permissionário, que por sua vez, também chamou o motorista auxiliar para os
84devidos esclarecimentos. Como o passageiro apresentou o comprovante de
85pagamento, o permissionário restituiu o valor ao passageiro e, mesmo assim, a
86CET puniu o motorista auxiliar, no prontuário do permissionário, para que o
87mesmo tenha um controle maior sobre esta questão. E complementou que se não
88houver a reclamação, o motorista auxiliar pode estar cometendo atos, que muitas
89vezes o permissionário desconhece. O Sr. Roberto questionou se o motorista
90estava fazendo publicidade, porque o valor respondido poderia ser o de viagem
91agendada. A Sra. Alcione respondeu que ao questionar o motorista, a referência
92dada foi daquele ponto até a Areia Branca e o motorista respondeu que custaria
93sessenta reais. E quando questionou ida e volta, o motorista respondeu que
94custaria cento e vinte reais. A Sra. Alcione contou que o motorista respondeu que
95este valor se dava por conta da distância, e que para levar aos municípios

96vizinhos, o valor era diferente. O Sr. Roberto explicou para a Sra. Alcione que se
97o passageiro pede a corrida ao motorista no ponto, o motorista precisa seguir o
98taxímetro, porque uma corrida no ponto, é igual a qualquer outra. A Sra. Alcione
99questionou se o motorista pode se negar a levar a cadeira de rodas. A Sra.
100Patrícia respondeu que em alguns veículos, por serem menores os porta-malas,
101onde muitos também instalam o combustível a gás, não sobra espaço razoável
102para transportar a cadeira. O Sr. Rafael disse estar assombrado com os valores
103cobrados. O Sr. Daniel lembrou o tratado em reunião realizada em agosto de
104dois mil e dezoito, que quando trouxe um visitante de fora, a empresa fez de tudo
105para forçar um agendamento, para justamente cobrar o valor a maior. A Sra.
106Patrícia lembrou que na época, todos os documentos pertinentes foram
107apresentados na reunião. O Sr. Murilo explicou que o Sr. Daniel já havia trazido
108esta pauta como moção da 60ª Reunião Ordinária, onde o assunto foi comentado
109nas linhas 40 a 187 desta ata. E explicado novamente, na 61ª Reunião Ordinária,
110inclusive com a presença do Sr. João Carlos de Faria, representante da empresa
111Executive Táxi, conforme tratado em linhas 23 a 87 e na 62ª Reunião Ordinária,
112mais uma vez falado sobre o assunto, com a presença do Sr. João Carlos de Faria,
113de acordo com o descrito nas linhas 20 a 29. O Sr. Murilo ressaltou que existe
114material específico acerca do assunto, esclarecendo todas as questões abordadas,
115que está arquivado na pasta da CMT. O Sr. Murilo lembrou que a próxima
116reunião será realizada no dia oito de agosto e haverá eleição de presidente e vice-
117presidente, bem como representação de titulares e suplentes para o próximo
118biênio. E comentou sobre o encontro dos conselhos e comissões municipais a ser
119realizado no dia cinco de julho, sexta-feira, das 08h30 às 12h00, no Centro de
120Capacitação Prof. Darcy Ribeiro, na Rua São Paulo, 40 A – Vila Mathias, Santos –
121SP, nas salas 1, 2 e 4 e que na última reunião ficou combinado que os
122representantes a comparecerem neste Encontro, seriam o Sr. Murilo Barletta, Sr.
123Roberto de Faria e Sra. Claudia Suzumura. A Sra. Alcione perguntou se houve a
124comunicação para que as empresas não comprassem veículos do transporte
125coletivo com a porta de desembarque na parte final do ônibus. O Sr. Murilo disse
126que a solicitação foi repassada, porém houve novas aquisições com os veículos
127nestes padrões. A Sra. Alcione salientou que os motoristas que dirigem estes

128veículos estão mais cuidadosos em relação aos cadeirantes transportados e
129conduzem os veículos com mais cautela. O Sr. Murilo respondeu que eles são
130orientados e reorientados quanto à conduta e assim que recebem reclamações,
131seja da Ouvidoria, seja da CET, estas reclamações são repassadas à empresa
132Permissionária e a mesma responde a todas as reclamações. Explicou que todas
133as reclamações recebidas englobam assuntos diversos como, ter passado pela
134esquerda e não parar no ponto, frear o veículo bruscamente, destratar
135passageiros, como também de terceiros presenciando um fato de desrespeito com
136outro passageiro. Estas reclamações são averiguadas, onde o motorista é
137convocado a prestar esclarecimentos e após o encerramento do processo, a
138reclamação é mantida no prontuário do funcionário. O Sr. Murilo ressaltou,
139também, que os elogios são repassados igualmente e já recebeu relatos de
140testemunhas que narraram fatos, informando que o passageiro envolvido estava
141errado naquela situação e o motorista estava correto. E complementou
142informando que toda esta avaliação é feita pela Viação Piracicabana e quando há
143corte de pessoal no quadro de funcionários, os prontuários e reclamações são
144levados em consideração, onde os de maior índice de reclamações são os
145primeiros a serem desligados da empresa. A Sra. Alcione solicitou esclarecimento
146quanto ao ponto da Rua Manoel Ferramenta, em que cinqüenta metros a frente,
147possui outro ponto. Se não haveria possibilidade em transformá-los em um único
148ponto. O Sr. Murilo respondeu que foram feitas tentativas em se diminuir o
149número de pontos existentes, até mesmo porque a viagem seria mais rápida, com
150menos paradas e menos inconvenientes aos passageiros, mas a população
151santista reclama demais se a caminhada ao ponto for muito maior. A Sra. Alcione
152questionou se as linhas 139 e 193 poderiam fazer o mesmo percurso realizado aos
153sábados, por trás da feira livre, na Zona Noroeste. O Sr. Murilo respondeu que o
154Sr. Wilson, chefe da Unidade de Transportes Públicos da CET-Santos está
155tentando viabilizar esta solicitação, e que as tratativas estão em andamento. A
156Sra. Alcione comentou sobre as calçadas na Rua Tolentino Filgueiras, que são
157totalmente destruídas e que já quebrou quatro rolamentos de sua cadeira. E para
158arrumar, uns colocam cimento, outros deixam o buraco e colocam areia por cima.
159E disse que quando o buraco está em frente a uma loja, ela chama o lojista e

160 pede providências na reparação do buraco. E comentou sobre a queda de um
161 idoso num destes buracos. A Sra. Alcione falou que a calçada do ponto de ônibus
162 é de responsabilidade da Prefeitura. O Sr. Murilo explicou que é de
163 responsabilidade da permissionária, inclusive constando no Termo o seguinte
164 serviço: retirou o ponto, precisa arrumar onde quebrou para retirar o ponto, vai
165 implantar novo ponto e precisa quebrar um pouco mais, precisa reparar. Fora isso,
166 a calçada é de responsabilidade do proprietário do imóvel. O Sr. Rafael
167 compreende que o que acontece embaixo do abrigo do ponto é de
168 responsabilidade da Permissionária, porque o proprietário não tem domínio útil
169 daquele espaço. O Sr. Murilo respondeu que a Permissionária é obrigada a colocar
170 o ponto em determinado lugar e que a calçada é pública. E por lei, quem tem o
171 lote em frente a calçada, é obrigado a mantê-la. E complementou que o fator que
172 mais quebra as calçadas são as raízes das árvores. O Sr. Uriel solicitou que a
173 Comissão pudesse ajudar no itinerário das linhas que servem o Bairro do Campo
174 Grande, incluindo no trajeto a Rua Joaquim Távora e Rua Pedro Américo, pois não
175 há ônibus para o sentido Canal 1 e Canal 2. O Sr. Murilo explicou que para definir
176 o itinerário das linhas do transporte público há necessidade de demanda para
177 justificar o transporte, porque mesmo com a queda significativa da perda de
178 passageiros dos últimos cinco anos, é muito difícil manter o transporte sem a
179 demanda necessária mas disse que estaria verificando esta possibilidade. O Sr.
180 Murilo mencionou, também, um estudo já em fase de conclusão, para reformular
181 o traçado das linhas de ônibus para fazer uma otimização, pois existem linhas que
182 fazem superposição a outras. Citou, também, algumas linhas perpendiculares aos
183 canais e paralelas a praia que necessitam de ofertas. Explicou a necessidade de
184 passageiros que estão no canal 5 e querem vir para o Gonzaga ou canal 3 e
185 precisam pegar dois ônibus para isso. Comentou, também, que todos os anos uma
186 pesquisa de satisfação é realizada e em 2017, oitenta e cinco por cento dos
187 pesquisados aprovou o itinerário das linhas e em 2018, o número de satisfeitos
188 subiu para noventa por cento. Só que com a alteração a ser feita, provavelmente
189 melhora para dez por cento dos passageiros, tendo o risco de receber a crítica de
190 noventa por cento dos pesquisados. E explicou que a pesquisa é técnica,
191 envolvendo faixa etária, classe econômica, entre outros fatores. O Sr. Murilo

192salientou que o intuito de todo este estudo é para encontrar uma fórmula de
193conseguir manter a modicidade da tarifa, oferecendo o mesmo nível de qualidade
194que tem hoje. O Sr. Rafael solicitou que quando esta pesquisa tivesse uma
195formatação de noventa e cinco por cento sobre o projeto de retraçado, que este
196assunto fosse trazido à Comissão para discussão e que a CMTS pudesse emitir a
197sua opinião, enquanto Sociedade Civil, antes da sua aplicação. Sem outras
198manifestações e nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente deu por encerrada
199a reunião às 18h35. Eu, Heloísa Helena Hernandez Quintana, lavrei a presente
200Ata, que foi assinada por mim, bem como pelos presentes.

201

202

203Participantes:

204

205

206Murilo Amado Barletta (CET);

207

208

209Patrícia Azevedo Santos Nascimento (CET);

210

211

212Roberto de Faria (OAB);

213

214

215Nilton Oliveira (ATMAS);

216

217

218Alcione de Araújo Simões (CONDEFI).

219

220

221Daniel de Moraes Monteiro (SEDS).

222

223